

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ESTADOS BRASILEIROS: IMPACTOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

DR. DANIEL TEIXEIRA MALDONADO – CBCE/SP

DR. DIRCEU SANTOS SILVA – CBCE/MS

MS. FÁBIO CUNHA DE SOUSA – CBCE/PE

Desde a medida provisória 746/2016 e a Lei N° 13.415/2017, os estados brasileiros regulamentaram a reforma do Ensino Médio influenciados por todas as políticas neoliberais sistematizadas a partir do golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff. Esse processo proporcionou diferentes impactos negativos para a disciplina de Educação Física, pois observou-se a diminuição da carga horária e a não obrigatoriedade do componente curricular nesse ciclo de escolarização, por conta do termo “estudos e práticas” evidenciado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A partir dessa realidade, esse dossiê visa colocar em evidência os retrocessos que o “novo” Ensino Médio proporcionou para a formação das juventudes e a prática pedagógica dos(as) docentes de Educação Física no cotidiano escolar em todo o Brasil.

Para alcançar esses objetivos, pesquisadores e pesquisadoras especialistas na temática apresentaram evidências científicas da desvalorização da Educação Física nesse ciclo de escolarização em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nesse cenário, o que fica mais evidente nos artigos é a diminuição da carga horária do componente no Ensino Médio e a produção de diferentes itinerários formativos com disciplinas optativas, sendo que algumas delas foram elaboradas com conhecimentos relacionados com as práticas corporais, enquanto outras são atribuídas para os(as) docentes de Educação Física Escolar sem nenhuma relação com a sua formação acadêmica.

Lamentavelmente, para continuar trabalhando nas escolas estaduais, professores e professoras de Educação Física passaram a ministrar aulas de empreendedorismo, projeto de vida, estudo orientado, dentre outros componentes curriculares do gênero. Essa realidade enfrentada por esses(as) educadores(as) pode ser considerada uma afronta contra anos de preparação acadêmica para se tornar docente. Outro ponto que chama atenção é o rebaixamento dos conteúdos para os(as) jovens do Ensino Médio, já que docentes sem formação específica sobre determinados temas dificilmente irão produzir uma prática pedagógica politizada.

Com a intencionalidade de resistir e transgredir a política educacional em tela, os(as) professores(as) acabam tematizando saberes específicos da área de Educação Física nos itinerários formativos, além de reorganizar esses componentes de acordo com a realidade em que atuam, tentando proporcionar, na medida do possível, uma formação crítica para os(as) estudantes deste ciclo de escolarização.

Os manuscritos desse dossiê evidenciam a importância de denunciarmos a política nefasta do “novo” Ensino Médio, tanto para os(as) trabalhadores(as), quanto para os(as) estudantes, reivindicando a revogação da Lei 13.415/2017 da BNCC, na perspectiva de construirmos coletivamente um aparato legislativo e curricular democrático, que realmente valorize a educação pública enquanto espaço de transformação social e a Educação Física enquanto componente curricular que amplia a leitura de

mundo dos(as) jovens sobre os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade relacionados com as manifestações da cultura corporal.

Por fim, não reconhecemos a Lei 14.945/2024, que institui a política nacional do Ensino Médio no governo Lula, como um aparato legislativo progressista, pois manteve a essência das políticas educativas neoliberais no contexto brasileiro, principalmente o ensino por habilidades e competências e a organização de itinerários formativos, flexibilizando o currículo. Sendo assim, a luta para sistematizar uma perspectiva curricular crítica para as juventudes continua!!!